



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

EMANUELLE DE SOUSA GOMES

**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA TESSITURA
POSSÍVEL.**

**Campina Grande – PB
2016**

EMANUELLE DE SOUSA GOMES

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA TESSITURA POSSÍVEL.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Educação de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Célia de Assis

Campina Grande – PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633g Gomes, Emanuelle de Sousa
Gênero, sexualidade e educação [manuscrito] : uma tessitura possível / Emanuelle de Sousa Gomes. - 2016.
36 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Maria Célia de Assis, Departamento
de Pedagogia".

1. Educação infantil. 2. Gênero. 3. Sexualidade. I. Título.
21. ed. CDD 372.24

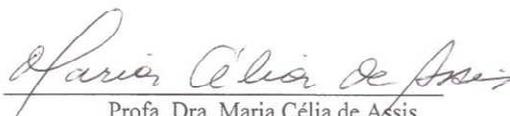
EMANUELLE DE SOUSA GOMES

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA TESSITURA POSSÍVEL.

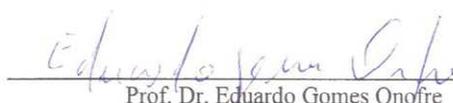
Aprovada em 19/05/2016

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Educação de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

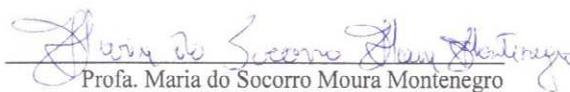
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Maria Célia de Assis
Orientadora – UEPB



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Examinador – UEPB



Prof. Maria do Socorro Moura Montenegro
Examinadora – UEPB

Campina Grande – PB
2016

Dedico

*Ao Senhor, Pai Todo Poderoso,
pois, sem Ele nada seria possível.*

*À minha mãe, Dilvaci de Sousa Gomes, pelo amor,
pela dedicação e pela paciência que tem comigo.*

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus Pai, agradeço por esta vitória, por me amparar nos momentos mais complicados dessa árdua caminhada e por me conceder força e paciência para superar todas as barreiras e dificuldades que foram aparecendo ao longo desta jornada.

À minha mãe, Dilvaci de Sousa Gomes, por ter, na maioria das vezes, acreditado em mim mais do que eu mesma, não me deixando desanimar em nenhum momento e me dando sempre conselhos, e por estar ao meu lado na conquista deste objetivo. À Senhora, agradeço por ter conseguido esta conquista.

Aos meus irmãos, Elvis Edgley de Sousa Gomes e José Emerson de Sousa Gomes, pelo apoio e pela paciência durante toda esta caminhada. Vocês são exemplos de coragem, de amor e de companheirismo, mesmo a distância. Amo vocês.

Aos meus avós, por depositarem em mim a esperança de um futuro que os mesmos não tiveram a oportunidade. Pelo amor, pelo carinho, pela compreensão e pelas palavras de força. Vocês alegram a minha vida.

Às minhas colegas de Curso Jane Kelle Soares e Raquel Melo, por todo o auxílio, compreensão, companheirismo, amor e união durante toda a nossa caminhada. Vocês foram verdadeiros anjos em minha vida. Que Deus as ilumine e as protejam sempre, que vocês voem cada dia mais alto e realizem todos os seus sonhos.

Às minhas amigas, companheiras e irmãs de coração Dayene Ribeiro, Raquel Medeiros e Luciana Lima, pelas palavras de carinho, de compreensão e de apoio nos momentos turbulentos, bem como pela compreensão nas épocas de intensas horas de estudo.

Aos meus colegas Alisson Aires e Alisson Firmino, não tenho palavras para agradecer todo incentivo e perseverança que vocês transmitiram nas palavras de apoio e nos “puxões de orelha”.

Aos nossos Professores, Mestres e Doutores, que nos acompanharam ao longo desses cinco anos, cada um em determinado momento de nossos estudos, transmitindo-nos conhecimento, esclarecendo dúvidas e expandindo nosso senso crítico.

À minha orientadora, Maria Célia de Assis, pela atenção, dedicação e paciência durante esta fase. Esta conquista não teria sido possível sem o seu auxílio e dedicação.

Agradeço a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para que este momento se concretizasse em minha vida. Enfim, sonho realizado!

*Todo sistema de educação é uma maneira política
de manter ou de modificar a apropriação dos discursos,
com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.*

Michel Foucault

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir e compreender a necessidade da prática do professor acerca da sexualidade na educação infantil e fundamental, sua evolução, e a relevância do desenvolvimento do gênero na prática pedagógica. Desta maneira, os educadores devem entender que gênero e sexualidade são temáticas de grande importância, embora conceitualmente distintas, haja vista serem categorias articuladas e inter-relacionadas. Entretanto, existem determinados fatores que podem contribuir para a quebra de tabus que ainda perduram a respeito destas temáticas, dentre eles os aspectos legais da educação sexual e as relações de gênero e sexualidade na educação. No alcance desse objetivo, utilizamos a pesquisa qualitativa, numa abordagem bibliográfica, tendo como referenciais os autores Louro (2007), Bicklen (1994) e Silva (2002), dentre outros. Por fim, consideramos as práticas pedagógicas fundamentais no sentido de contribuir no processo de formação, enquanto sujeitos críticos, justos e solidários, capazes de construir com as crianças e adolescentes, e em parceria com a comunidade escolar, caminhos, indubitavelmente, possíveis para ajudar na luta contra o preconceito de gênero bem como, da sexualidade no âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT

This paper aims to reflect and understand the need of the teacher about sexuality practice in early childhood and primary education, its evolution, and the relevance of gender development in pedagogical practice. Thus, educators must understand that gender and sexuality are issues of great importance, although conceptually distinct, given categories are articulated and interrelated. However, there are certain factors that can contribute to breaking taboos that still linger about these issues, including the legal aspects of sex education and gender relations and sexuality education. In reaching this goal, we use qualitative research, a literature approach, taking as reference the authors Louro (2007), Bicklen (1994) and Silva (2002), among others. Finally, we consider the fundamental pedagogical practices in order to contribute in the training process, while critical, fair and solidarity subjects, able to build with children and adolescents, and in partnership with the school community, ways undoubtedly possible to help fight against gender bias and, of sexuality in schools.

Key words: Child Education. Genre. Sexuality.

LISTA DE SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
QI	Quociente de Inteligência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
1.1 GÊNERO E SEXUALIDADE: CONCEITUAÇÕES.....	15
1.2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO.....	19
1.3 A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO.....	21
1.4 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO SEXUAL.....	23
1.5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	26
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

Gênero e sexualidade são duas temáticas de grande relevância, as quais, embora tendo conceitos distintos, estão intimamente articuladas e inter-relacionadas, ainda mais porque ambas são marcadas por diversos tabus e preconceitos, em diferentes âmbitos, dentre os quais o campo educacional – campo escolhido para realização de nosso estudo.

A sexualidade ainda hoje é vista pela maioria das escolas sob a ótica de preceitos morais, de caráter biológico, de modo que são negados ou ignorados os aspectos sociais e culturais existentes sobre o masculino e o feminino, com uma justificativa repressora e preconceituosa de que é um assunto a ser abordado exclusivamente no ambiente familiar.

Já a construção de gênero se dá mediante as relações sociais, permitindo uma abordagem teórica enfocada na reprodução social existente entre homens e mulheres, bem como no processo de submissão existente entre os gêneros (homem e mulher) na sociedade.

Considerando que, apesar da importância que merecem, ainda são temas pouco explorados e debatidos, dentro e fora da escola, decidimos conjecturar e aprofundar conhecimentos a respeito dos mesmos, no contexto educacional, mais especificamente, na educação infantil e fundamental, com o desígnio de demonstrar a relevância destas problemáticas para os o desenvolvimento social das futuras gerações.

Diante deste contexto, traçamos como objetivo geral da pesquisa, refletir e compreender a importância da prática do professor sobre gênero e sexualidade na educação. Buscando compreender a evolução e a importância do desenvolvimento destes (homens e mulheres) na prática pedagógica, bem como demonstrar as etapas representacionais advindo de gênero nas últimas décadas, assim como o progresso ocorrido com a sexualidade, mediante os aspectos legais obtidos na área educacional.

O nosso interesse pelo tema não surgiu ao acaso, mas, com o desígnio de colaborar para a superação da lacuna que falamos anteriormente, isto é, a de que são poucos os estudos empíricos sobre a área abordada.

Portanto, pensamos que a utilização do gênero como categoria de análise implicaria em conhecer e compreender como são determinadas as culturas sociais nas relações de diferenças entre homens e mulheres. Com esta mesma intenção, corroboramos as implicações de sexualidade nas relações interpessoais do âmbito escolar.

Com fins de atender aos objetivos propostos, organizamos o trabalho em três partes.

Na primeira, denominada “Fundamentação Teórica”, apresentamos o desenvolvimento e o contexto histórico do gênero, bem como da sexualidade, demonstrando as dificuldades e a importância da evolução no contexto escolar.

Na segunda parte – “Considerações Metodológicas” –, caracterizamos o método para obtenção dos dados e o procedimento de análise dos mesmos.

Na terceira e última parte, denominada “Considerações Finais”, formulamos ideias sintetizadas da análise desenvolvida durante o nosso trabalho, sobre a relevância das temáticas em questão no campo educacional.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta parte de nosso estudo é considerada por nós como eixo central, visto que é nela e a partir dela que apresentamos nossas reflexões e compreensões sobre gênero e sexualidade na educação infantil bem como na adolescência, evidenciadas a partir do paradigma histórico do gênero na Antiguidade, na Idade Média e no século XXI, bem como pelo desenvolvimento sexual das crianças e dos adolescentes no período da infância e da puberdade, por meio das práticas pedagógicas. Tendo como base os aspectos legais da educação sexual na educação infantil e no ensino fundamental.

O conceito de representação social do gênero tem sofrido, nos últimos anos, diversas indagações. Nessa perspectiva, ao discorrermos sobre a relação de homens e mulheres, será importante retornarmos ao modo como ambos foram tratados durante o processo histórico, inclusive enfatizando algumas diferenças entre eles no que concerne aos aspectos econômicos, político e social, com intuito de uma melhor compreensão acerca da evolução desses aspectos no decorrer dos séculos, e demonstrando como essa evolução foi significativa em todos os âmbitos.

Neste contexto, a importância do conceito de gênero se firma da seguinte maneira:

[...] obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se de (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p.23)

Gênero denota uma diferenciação que funciona como uma divisão binária decorrente das características biológicas do ser humano, que definem o sexo por meio da base genitália, de seus cromossomos sexuais e dos hormônios. Tendo em vista que a significação do ser “feminino” ou “masculino” tenha surgido a partir dessa divisão, vemos, hoje, no entanto, que essas identidades podem se classificar com outras representações.

Como exemplo, podemos citar os transgêneros, grupos diversificados de pessoas que possuem em comum a não identificação dos seus comportamentos e de seus papéis pela sociedade de acordo com o sexo biológico de determinado no nascimento. Os transgêneros se fundamentam na discórdia do gênero com sendo o sexo biológico, o indivíduo deseja ser

socialmente reconhecido pelo gênero escolhido por ele, e não pela determinação biológica de seu corpo.

Além disso, destacamos a homossexualidade, a qual é vista como uma determinação da variação genética, proposta realizada por estudiosos geneticistas, denominada esta como GAY-1, e não como uma preferência de estilo de vida, ou como uma determinação, ou ainda uma forma natural de desenvolvimento sexual.

[...] Os argumentos que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e *justificar* – a desigualdade social (LOURO, 2003, p 20-1).

A sexualidade é considerada por Foucault (1984) como um “dispositivo histórico”, uma vez que a mesma se constitui de múltiplos discursos que foram se consolidando com o passar das décadas. Esses discursos vêm sendo responsáveis por normatizar, regulamentar e instaurar saberes morais e éticos perante a população, transformando-os em “verdades” diante da sociedade, ou melhor,

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1984, apud ALVES, 2012).

Lamentavelmente, a sociedade ainda se caracteriza pelas relações de dominação, entre outras, no que diz respeito à sexualidade, por meio de atitudes e de comportamentos. Desse modo, os sujeitos são designados a partir do sexo. É fato que, ao longo dos tempos, o regime masculino foi quem constituiu o respeito dos papéis, dos padrões e principalmente dos valores legitimados sobre o mundo.

Diante disso, não é simples nem tão pouco instantânea a reversão hegemônica estabilizada em nossa sociedade, principalmente quando as temáticas são relacionadas a gênero e sexualidade, posto que surgem muitas inquietações, devido à singularidade de cada ser humano. Muitas dessas encontram-se, inclusive, interligadas a questões de identidade, que, algumas vezes, podem ocasionar conflitos, constrangimentos e angústias diante do meio em que o indivíduo encontra-se inserido.

Nessa perspectiva, mencionamos as estruturas do poder assim como as hierarquias sociais, uma vez que não podemos compreender esses temas se não entendermos as transformações históricas que vem formulando essas questões.

Como Louro (2003, p. 27) ensina:

[...] tanto a dinâmica do gênero como a dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento – seja esse o nascimento, adolescência, ou maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se construindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.

Grande parte dos discursos sobre gênero de alguma maneira faz menção a assuntos de sexualidade, no entanto, existem algumas distinções entre ambos, bem como sobre identidade. Dito de outra maneira, esses fatores apesar de interligados, não significam a mesma coisa. Para que possa ficar cada vez mais clara a diferença entre ambos ou que ambos não devem ser usados como sinônimo, a seguir apresentamos os conceitos referentes a cada um.

1.1 GÊNERO E SEXUALIDADE: CONCEITUAÇÕES

Iniciaremos as conceituações a partir de gênero, ressaltando, de logo, que o conceito deste é extremamente complexo, uma vez que agrega convencionalmente múltiplas áreas pré-estabelecidas de aprofundamento de estudo. Entre elas, estão os gêneros artístico, linguístico, literário, textual, dramático, biológico etc.

Voltados para a temática abordada, podemos definir gênero como sendo relações sociais desiguais de poder existentes entre homens e mulheres, que são uma construção social do papel dos gêneros a partir de suas diferenças sexuais.

Segundo Alves e Pitanguy (1985, p.44)

O conceito de gênero é definido como uma construção sociocultural, que atribui a homem e mulher papéis diferente dentro da sociedade e depende dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas, bem como da maneira como se organiza a vida familiar e política de cada povo.

Nessa perspectiva, consideramos que o papel do homem e da mulher é construído culturalmente, podendo sofrer modificações de acordo com o tempo e a sociedade. Esta visão começa a ser construída desde quando o bebê está no ventre da mãe e a família inicia a preparação do enxoval de acordo com o sexo, utilizando da padronização de cores para definição do sexo, menino é azul e menina, rosa.

A partir do nascimento, às crianças são ensinadas, por seus familiares, pela mídia e pela escola, distintos modos de agir, pensar e atuar diante da sociedade. Esses ensinamentos ocorrem de acordo com o sexo de cada, homens e mulheres recebem tratamentos mediante o seu sexo biológico. Dessa maneira, os papéis que cada indivíduo assume diante da sociedade correspondem às relações de poder por ela pré-estabelecidas.

Sexualidade, por outro lado, é um tema extremamente complexo, embora haja vários estudos sobre a temática, tendo em vista que, ao longo da história, há vários conceitos, tratando-os com diversos sentidos. Sua definição depende do ponto de vista pelo qual está sendo analisada. Assim, para a realização do conceito que estamos pesquisando, consideramos três pontos principais: o antropológico, o biológico e o psicológico.

Do ponto de vista antropológico, desde o aparecimento do homem no planeta, a sexualidade vem apresentando uma peculiaridade em suas características, exibindo sutis diferenças anatômicas definidas pelas práticas erótico-sexuais nas quais as pessoas se envolvem.

Quanto à dimensão biológica, as referências se constituem nas particularidades de homens e de mulheres, ou seja, nas características específicas do aparelho reprodutor de cada um, o pênis e a vagina, bem como na sua reprodução no contexto social, cultural e histórico. Em um senso comum, sexualidade pode ser considerada como um conjunto de condições funcionais e anatômicas do corpo humano.

E, por último, temos a visão psicológica, definindo-a como o resultado do existir dos sexos e de seus desejos. Nesse sentido, a sexualidade encontra-se na mente do indivíduo, não sendo o biológico responsável por determinar o seu gênero, visto que a escolha em ser homem ou mulher vai de acordo com as suas preferências; o que cada um possui dentro de si em relação a aspectos masculinos e femininos.

Levando em conta todas as considerações feitas até aqui, podemos conceituar sexualidade, finalmente, como se segue: sexualidade é energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas e qualitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação (BEARZOTI, 1993, p. 4).

Posto isso, o gênero se produz nas intrincadas relações de poder. Dessa maneira, temos a pretensão de entendê-lo como um constituinte de analogias dos sujeitos.

Enfim, existe uma expectativa social relacionada à maneira como homens e mulheres devem se portar diante da sociedade, ou seja, uma forma comportamental para andar, falar, sentar, entre outros. Ainda segundo o gênero, existem profissões específicas para cada.

Por tudo isso, não é fácil para nós – iniciantes no processo de pesquisa -delimitar temas considerados complexos, não bem definidos devido ainda a uma diversidade de ramos a serem pesquisados. Assim, propomo-nos a estudar gênero através do âmbito humanista e sexualidade, por meio de articulações entre os movimentos sociais e as compreensões teóricas dentro do âmbito escolar.

O conceito de gênero foi formulado em meados dos anos 1970, no entanto, no Brasil, passou a ser timidamente utilizado no final dos anos 80, como grande influenciador do pensamento feminista. Assim,

[...] a mente humana processa a construção do conhecimento através da inter-relação de conceitos, medidas pela relação que o indivíduo estabelece com o meio social. Essa dinâmica possibilita a coexistência de saberes, ao invés da substituição de um saber inferior por outro superior a esse (ALVES, 2012, p.12).

Além dos conceitos, não podemos deixar de considerar, no gênero, os distintos preceitos, as formas sobre a atuação das relações sociais e de poder entre os seres humanos decorrentes da cultura, e não das diferenças biológicas existentes nos corpos dos homens e das mulheres. O comportamento de ambos corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos foi historicamente agregado.

Nesse contexto, historicamente, existem diversos exemplos demonstrando que a hierarquia de gênero foi socialmente construída favorecendo os homens e inferiorizando as mulheres. Entretanto, apesar dessa hierarquia ter sido fortemente construída pelos homens, nas últimas décadas, vem sofrendo constantes mudanças devido às diversas conquistas realizadas pelas mulheres.

Na Antiguidade, existia grande distinção entre os gêneros, de modo que, homens e mulheres possuíam diferentes tratamentos para as mesmas situações. As mulheres eram excluídas de diversas atividades, possuíam apenas o objetivo de serem agradáveis e companheiras. Já os homens eram detentores do poder e estabeleciam a sua superioridade sobre as mesmas. Por exemplo, na Roma Antiga, existiam instituições jurídicas que atribuía aos homens todo o poder sobre a mulher bem como sobre os filhos, os escravos e os servos. No entanto, a mulher romana, na Antiguidade, foi a única socialmente emancipada, tendo em vista a sua posição social ser a antítese de sua posição jurídica.

Na Idade Média, grande parte dos conhecimentos que se referem às mulheres foi elaborado pelos Escolásticos. Dessa maneira, o que se sabe sobre as mulheres desta época é por meio dos homens, os da igreja. Logo, sobre a mulher pairava a visão de objeto do pecado,

pecado este advindo do pecado original o que acarretava cada vez mais a inferiorização da mulher. Nesse sentido, as mulheres, por muito tempo, foram negligenciadas, apresentadas como caladas e passivas, muitas vezes, utilizadas como moedas de troca e, em outros momentos, recolhidas nos conventos

No período colonial, as igrejas pregavam que as mulheres deveriam obediência ao seu pai, a seu marido e à religião. Desse modo, elas não aprendiam a ler nem a escrever, eram-lhes ensinadas apenas técnicas manuais e domésticas, que seriam utilizadas para o cultivo da terra, a organização da casa e os cuidados com o marido.

Porém, a partir da I e II Guerras Mundiais, o papel da mulher iniciou um processo de constante transformação, uma vez que, as mesmas passaram a assumir a posição dos homens no mercado de trabalho, já que os homens encontravam-se nos campos de batalha. Logo as mulheres passaram a assumir os negócios da família e as obrigações antes possuídas apenas pelos homens.

Na contemporaneidade, com a globalização e a conseqüente mundialização da revolução industrial, o mercado de trabalho passou por diversas transformações e, conseqüentemente, trouxe novas demandas para a área educacional, modificando, assim, as práticas e os hábitos culturais anteriormente existentes em que as mulheres não frequentavam as instituições escolares. Logo, com a concretização do sistema capitalista no século XIX, ocorreram diversas transformações na produção e organização do trabalho feminino, advindas do desenvolvimento tecnológico, com a conseqüente inclusão da mão-de-obra feminina nas indústrias.

É fato que, mesmo diante de grandes conquistas femininas no mundo, ainda ocorrem situações que deixam a mulher em situação desfavorável perante a sociedade, entre outras, as desigualdades salariais, que, por muito tempo, existiram entre homens e mulheres que exercem a mesma função. Hoje, essa prática vem decaindo, entretanto, ainda não foi extinta por completo. Mesmo assim, aos poucos as mulheres estão ampliando seu espaço no mercado de trabalho. Atualmente, com maior visibilidade, demonstram que não se faz necessária a distinção de gênero no mercado de trabalho.

Enfim, homens e mulheres são capazes de exercer as mesmas atividades perante as suas competências. Entretanto, neste século, existe grande expectativa que pela primeira vez na história, as mulheres superem os homens ocasionando uma inversão de papeis, ou seja, o rompimento de uma estrutura de opressão e desigualdade e uma nova visão da estrutura social de gênero.

1.2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Ao examinar gênero, encontramos inúmeras vertentes que poderiam ser debatidas em diferentes contextos, devido ao seu vasto leque de áreas de estudo. Porém, optamos pelo campo educacional, com o intuito de demonstrar as diferenças encontradas e como estas vêm sendo aos poucos transformadas.

Pensar, refletir e falar sobre gênero implica um olhar mais atento e aprofundado em determinadas situações, principalmente nas que consolidam diferenças de valores entre o masculino e o feminino, no sentido de impedir desigualdades entre ambos. Nessa perspectiva, buscamos identificar as relações no contexto escolar, especificamente as relações em sala de aula, levando em conta que a “passagem pelos bancos escolares deixa marcas; permite que se estabeleçam ou se reforcem as distinções entre os sujeitos. Ali se adquire todo um jeito de ser e estar no mundo” LOURO, 2002, p. 125).

A partir dessa visão, encontramos questionamentos a respeito de como as instituições escolares devem abordar gênero e sexualidade em sala de aula, sem que ocorra distorções ou equívocos, advindos do senso comum, sobre o assunto. Para auxiliar os educadores sobre a relevância destas temáticas dentro das instituições escolares, os PCN's (2000, p. 321-322) formulados pelo MEC para o 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental especificam que,

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de ‘masculino’ e ‘feminino’ como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero.

Nesse contexto, as instituições escolares devem ser espaços de cidadania e de respeito aos direitos humanos. Em sua função social, deve possuir o papel de desenvolver cidadãos de pensamentos críticos, bem como de buscar a igualdade de oportunidades entre todos os indivíduos no meio social.

Em contrapartida a este pensamento, Louro (2001) assegura que a escola é uma produtora de diferenças, uma vez que delimita os espaços e separa os meninos das meninas, as

crianças dos adolescentes, pré-estabelecendo, assim, regras e valores permitidos, bem como proibidos entre eles. Louro propõe uma ruptura desse padrão a partir da construção de uma pedagogia fundada no construcionismo social, indicando que:

Se os gêneros são “construídos” ou “produzidos” socialmente e não são o resultado final de um acidente biológico, então todas as instituições sociais (e especialmente uma instituição encarregada da formação dos indivíduos) estão implicadas nesta produção [...] os gêneros se fazem em relação, se constituem através das práticas sociais, levadas a cabo nas trocas cotidianas e banais: os gêneros são feitos a partir ou através de múltiplos discursos, símbolos, regras, representações. Ora, o espaço escolar é, privilegiadamente, um espaço de símbolos, de convenções, de regulamentos. No entanto, a falta de formação continuada para os professores, no que se refere a abordagem temática Educação Sexual, conjectura em dificuldades triviais em sala de aula (Louro, 2001, p. 70)

A instituição escolar possui grande influência na produção e reprodução dos discursos, principalmente, por educadores “autoritários” que, por desconhecimento ou não, procuram disseminar as suas crenças. Tais discursos ocorrem de maneira perspicaz, uma vez que os educadores são tomados como espelhos por grande parte de seus educandos, sem se dar conta de que eles estimulam determinados comportamentos que vão contra as reestruturações de gênero e sexualidade da contemporaneidade.

Esse fato ocorre principalmente nas salas de aula dos primeiros anos do ensino fundamental e, em razão de determinadas circunstâncias, acabam promovendo a necessidade de se estabelecer a separação de estereótipos. Ou melhor, como exemplo, costumeiramente, as meninas brincam com bonecas e os meninos com os carrinhos. Além disso, ainda é encontrada a diferenciação de materiais escolares pelas cores, onde azul é utilizado para os meninos e rosa, para as meninas. Tais estereótipos embora sutis estão presentes no dia-a-dia das salas de aula e no meio social dessas crianças.

Neste sentido, não há um “saber natural” das professoras para educarem as crianças na creche, por que todo conhecimento mobilizado foi aprendido socialmente. Há que se considerar que, historicamente, as bonecas são brinquedos oferecidos principalmente, as meninas, e ainda persiste a valorização distinta do feminino e do masculino, por que as meninas é que são consideradas a atribuir sentimentos às bonecas e às pessoas (FINCO, 2003, p.56).

Nas escolas, existem diversas formas de distinção, basta vermos as práticas esportivas, realizadas através da distinção dos sexos. Praticamente não se vê nas quadras escolares jogos mistos, os meninos jogam geralmente com meninos e as meninas, com meninas. Diante disso, é imprescindível questionarmos: estas práticas são realmente

necessárias? Por que meninos e meninas não podem realizar práticas esportivas juntos? Esses são apenas dois exemplos entre muitos, assim como apenas dois dos inúmeros questionamentos que poderíamos fazer.

Outro ponto a ser ressaltado, nas instituições escolares, diz respeito às maneiras pelas quais meninas e meninos são abordados durante o ensino através das disciplinas, com a justificativa de que, para a sociedade, homens e mulheres são diferentes em algumas áreas de estudo, isto é, muitos homens possuem maiores habilidades e QI mais elevado quanto a questões da área de exatas; já as mulheres possuem maiores habilidades nas áreas de ciências humanas.

Em meio a este dilema intelectual de gênero, constatamos que, por muito tempo, as profissões de homens e mulheres realmente foram pré-estabelecidas mediante essa realidade. Os homens nas áreas de engenharia e as mulheres nas licenciaturas. Hoje esta realidade vem se modificando e as mulheres cada dia mais ocupam lugares que anteriormente apenas eram ocupados apenas por homens.

Finalizando, podemos ainda questionar o seguinte: essas modificações estão ocorrendo devido aos novos conceitos pedagógicos abordados nas academias? Caso estejam, certamente, os professores estão conseguindo ultrapassar os métodos tradicionais, a partir de práticas inovadoras, capazes de fazer com que meninos e meninas obtenham mais conhecimentos e criticidade sobre a sociedade em que estão inseridos, enfim, com o intuito de findar os preconceitos existentes entre os gêneros, almejando extinguir categorizações entre ambos.

1.3 A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Historicamente, a sexualidade já foi considerada como instintiva, assim como os comportamentos sexuais eram determinados biologicamente e suas práticas possuíam o intuito de procriação. Entretanto, com o passar das décadas, a sexualidade passou a assumir noções sociais e culturais, de modo que seu desenvolvimento e suas características advêm do meio que os seres encontram-se inseridos, adquirindo, assim, expressões que contribuem para o bem-estar pessoal e deixando de ser apenas simples ato de reprodução.

De acordo com estudos realizados por Freud (apud BERZOTI,1993), a sexualidade faz-se presente em todo o processo de desenvolvimento dos seres humanos, tanto físico quanto psicológico, haja vista que se manifestam do nascimento até o instante da morte.

Entretanto, mesmo ciente de toda sua importância, a temática sexualidade ainda é pouco abordada pela nossa sociedade.

Dessa maneira, obter acesso ao conhecimento sobre os direitos sexuais e reprodutivos é um direito de todas as pessoas, jovens ou adultas, e esta informação fará com que meninos e meninas vivenciem sua sexualidade de maneira segura e sem preocupações.

Nessa perspectiva, o ambiente escolar, que é rico em diversidade cultural, social e econômica, é um local onde crianças e adolescentes encontram-se em constante processo de aprendizado, construção de identidade e de valores. Embasados nessa concepção, percebemos que a escola possui o compromisso de formar cidadãos críticos e conscientes sobre os mais diversos aspectos.

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes (BRASIL, 2000, p. 107).

Um dos grandes tabus existentes na sociedade gira em torno da sexualidade. Como efeito, as instituições escolares necessitam modificar os programas de orientação sexual ministrados, uma vez que os mesmos se apresentam como incipientes na busca pela quebra desses tabus, assim se faz imprescindível uma visão mais esclarecedora e sobre o assunto tanto para educando como para os educadores.

O espaço pedagógico, na maioria das vezes, possui como visão primordial a transmissão de conteúdos cognitivos, levando em consideração os valores morais e comportamentais. O corpo torna-se objeto de normas disciplinares, de bons costumes e de posturas sociais e culturais, deixando, assim, uma lacuna na orientação sexual.

Diante disso, Louro (2007, p.149) traz o seguinte argumento:

A educação, compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual. Em qualquer sociedade, os inúmeros artefatos educacionais existentes têm como principal função com/formar os sujeitos, moldando-os de acordo com as normas sociais.

Atualmente, a sexualidade humana define-se como uma dimensão biológica de contexto cultural, social e histórico, que recebe grande influência do convívio social na construção da identidade do sujeito. Diante desse fato, cabe às instituições escolares a responsabilidade de colaborar com a formação do cidadão sobre essa temática, que em pleno

século XXI, uma vez que, ainda encontramos jovens e adolescentes que não possuem o devido e necessário conhecimento sobre a sua sexualidade. Tendo em vista que, as informações sobre a sexualidade, não devem ser somente esplanadas aos jovens e aos adolescentes, estas devem ser esclarecidas desde a infância, para que se tornar possível assim, futuros cidadãos conscientes.

Entretanto, realizar essa tarefa não é tão simples. A educação sexual apresenta diversos desafios, não apenas relacionados à temática, mas à ausência de formação dos educadores para esse fim. Embora ainda não haja um estudo que legitime a idade apropriada para que se iniciem as discussões sobre sexualidade. Que, a mídia estimula cada dia mais cedo a visibilidade e a necessidade de esclarecimento sobre a sexualidade, devido ao grande grau de erotismo exposto, para as crianças de maneira equivocada, mesmo assim, não devemos perder a esperança, mas acreditar que, aos poucos, a escola conseguirá romper mais um obstáculo. Quando voltada para a infância (criança), a sexualidade ainda é vista como uma incógnita.

Esses obstáculos estão sendo vencidos a partir da mudança de um método tradicional, concentrado apenas na oferta de conhecimentos alfabéticos, para um método em que o ensino passa a se preocupar com a qualidade do ser crítico, consciente acerca dos acontecimentos na sociedade em que se encontra inserido; com uma educação humanizada, capaz de formar cidadãos para a vida, e não apenas para o mercado de trabalho.

Portanto, ficamos com a incógnita que, se, de fato, as instituições escolares são idealizadoras ou se são apenas reprodutoras dos meros reflexos das concepções que já existentes, e que rodeiam a nossa sociedade. Uma vez que, muitas dessas concepções são reproduzidas diante dos ensinamentos tentam reprimir os comportamentos e as vontades da população.

1.4 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO SEXUAL

A educação no Brasil é um direito respaldado por lei, está encontra-se inserida na Constituição Federal de 1988, de acordo ela, os Artigos 205, 206, 208 3 2013, no qual apresentam que,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base no seguinte princípio:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

Nesta perspectiva, o governo tem buscado reafirmar seu compromisso com o ensino inclusivo, uma educação vislumbrando respeito e igualdade entre a população, com respaldo na legislação vigente. Em meio a este propósito podemos enfatizar, basicamente, poder legislativo em três sentidos, sendo eles,

Primeira, consideramos um dos grandes avanços da área educacional a incorporação dos Temas Transversais nas salas de aula, implantada por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, que aborda diversos eixos, dentre os quais destacamos a Orientação Sexual, pois, além de ser uma questão de grande relevância para o cotidiano da população é também nosso tema de pesquisa.

A visão dos PCNs é que a escola deve exercer o seu papel principal no desenvolvimento do aluno, com o intuito da formação de cidadãos mais esclarecidos (BRASIL, 1998). Nesse contexto, os PCNs procuram respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas do território brasileiro, de modo a atender com referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões do país, possibilitando ao aluno o acesso aos conhecimentos necessários ao exercício da cidadania.

Quanto aos objetivos, relacionados ao nosso estudo, os PCNs apontam para a necessidade de o educando “conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva” (BRASIL, 1998, p.7). Assim sendo, a partir do momento em que o aluno passa a ter compromisso com o seu corpo, com a sua saúde, certamente, aí estará incluída os cuidados com a sexualidade. Para Altmann (2001), o dispositivo da sexualidade perpassa espaços escolares, instaurando regras e normas, e estabelecendo o modo pelo qual os indivíduos dão sentido e valor à sua conduta, seus desejos, seus prazeres e seus sentimentos.

Outra legislação que respalda a educação sexual é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, criado pela Lei Federal nº 8.069/1990. Para os efeitos dessa lei, é considerada criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Vale salientarmos que ambas gozam de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Diante disso, o ECA prevê que, por meio da efetivação de políticas públicas, a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida, à saúde e a uma educação que vise o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificação profissional.

E, finalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1997), esclarece que a educação é um direito de todos, cuja finalidade consiste em desenvolver plenamente o (a) aluno (a), visando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. De acordo com essa lei, a educação direcionada a crianças e a adolescentes encontra-se organizada no nível da educação básica, formada pelo ensino fundamental, com o objetivo de desenvolver a aprendizagem, considerando a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores. Quanto ao ensino voltado ao adolescente, a LDB, em seu art. 35, traz que “o ensino médio, etapa final da educação básica, tem como uma de suas finalidades o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (LDB, 1996, p. 36).

Nesse contexto, fica claro que a educação sexual deve ser bem trabalhada em sala de aula, pois, além de ser essencial para a formação da criança e do adolescente é uma educação respaldada por lei.

Logo, as instituições escolares não podem unicamente disponibilizar um horário para esclarecer questões de gênero e de sexualidade, através de palestras ou vídeos, mas exercer o seu papel, isto é, fornecer conhecimentos específicos e históricos para esclarecer e oportunizar a modificação da visão errônea sobre as temáticas.

Nessa perspectiva, para que tenhamos um ensino respaldado pela lei, faz-se necessário que as instituições escolares possuam conhecimentos para dar o devido atendimento a estas questões. Além disso, é necessário considerar que a estrutura da escola é fundamental para que o ensino de qualidade flua, sendo que, é imprescindível a presença permanente, na

escola, de gestores, psicólogos, coordenadores, supervisores e professores. Estes, frisamos, devem, inclusive, ter uma formação voltada para esse fim –educação sexual.

1.5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Falar da profissão docente implica não somente relatar o desempenho do ato de ensinar, mas também revelar os valores e as aspirações que esse profissional deseja alcançar no desenvolvimento da sua ação. Entretanto, é impossível pensarmos em um bom professor sem antes fazermos referência a sua formação, seja a inicial ou a continuada. Igualmente, a este processo deve priorizar, antes de tudo, uma formação capaz de fazer com que o professor seja capaz de fazer mudanças, seja capaz de assumir conscientemente o seu papel na educação, tendo em vista que o processo de formação implica pensar a prática docente, continuamente, no sentido de refletir e repensar as situações problemáticas ocorridas no cotidiano da sala de aula.

Em vista disso, trazemos, aqui, Regina Leite Garcia (1998) para afirmar que o professor deve desenvolver um trabalho de construção, (des)construção e (re)construção de sua prática permanente, no sentido de, trazer a questão da sexualidade para ser discutida com os seus pares: nas conversas do dia a dia, nos livros didáticos e nos estudos e pesquisas sobre essa temática.

Daí levar a cabo essa reflexão, esse repensar, exige voltar-se à própria prática, refletir sobre ela, contudo, reconhecendo-a como uma fonte de conhecimento, por se tratar de uma forma de investigação e de experimentação.

Essa perspectiva exige do professor uma compreensão consciente de “que as práticas não sejam construídas apenas para ações intramuros, mas também extramuros, de forma eficaz, com a criação de espaços capazes de garantir o livre acesso e a participação da comunidade escolar” (ASSIS, 2014, p. 117). À medida em que a comunidade escolar passa a fazer parte da escola, isto é, a participar do processo ensino- aprendizagem dos seus filhos, certamente, torna-se bem mais fácil ao professor construir o seu trabalho em sala de aula.

A ausência de uma “boa” formação e a participação da comunidade escolar certamente dificulta a prática do professor, principalmente quando consideramos um trabalho relacionado à sexualidade. Entre diversos conceitos introduzidos neste contexto, delimitamos puramente os relacionados a aspectos pessoais, ou seja, conceitos preconceituosos, a tabus, que foram propagados através das gerações passadas.

De acordo com Silva (2002), a metodologia do trabalho de educação sexual deve ser construída ao passo que o processo de ação acontece, posto que, desse modo, não haveria possibilidade de um trabalho realizado com rigidez e exatidão. Assim, o estudo do autor nos acrescenta que o planejamento também é um elemento essencial, visto que predispõe o professor a uma postura aberta para compreender o processo a ser desencadeado, planejando uma participação conjunta.

Trabalhar com o tema da sexualidade possibilita o contato com as diferenças, pois as pessoas pensam, vivem e reagem de modos diferentes, o que remete à história aos valores de cada um. Aceitar isso modifica, de certa forma, o desejo “fantasioso” que todos temos de encontrar a verdade única e absoluta (SILVA, 2002).

Mediante a pluralidade de aspectos encarados cotidianamente nas salas de aula, os dispositivos pedagógicos procuram transformar, cultivar, moldar e adaptar alguns significados. Nessa forma, consideramos que as relações de gênero nas práticas pedagógicas possuem diversos significados, dentre elas, a seguinte,

[...] subverter os arranjos tradicionais de gênero na sala de aula: inventando formas novas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões sobre as representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelas/os estudantes; produzindo novos textos, não-sexistas e não-racistas; investigando os grupos e os sujeitos ausentes nos relatos da História oficial, nos textos literários, nos “modelos” familiares; acolhendo no interior da sala de aula as culturas juvenis, especialmente em suas construções sobre gênero, sexualidade, etnia, etc. (Louro, 2004, p. 124).

É inquestionável a relevância da prática do professor na abordagem da educação sexual, porém, não podemos deixar de considerar que o mesmo necessita de uma maior preparação para assim proporcionar melhores esclarecimentos aos seus educandos.

Para que ocorra uma ascensão sobre estas temáticas se faz necessária uma formação inicial e continuada eficiente e eficaz para os educandos, uma vez que, as práticas enfrentam constantes dificuldades neste campo de estudo, principalmente quando acredita tratar-se de aspectos biológicos, sendo assim, considera que essa educação deve ser trabalhada por todas as áreas, não deixando específico para o docente da área das Ciências Biológicas.

Quanto à formação inicial, é possível um grande avanço na superação de lacunas nos cursos de graduação, com a inclusão da disciplina Educação Sexual. Logo, assegurando que os profissionais já saiam de seus cursos preparados para tal abordagem. No que diz respeito à formação continuada para esse fim, vale ressaltarmos que esta não se restringe somente aos professores, mas, também abarca outros profissionais que atuam no espaço escolar, assim

engloba a direção, os assistentes, os supervisores, psicólogos e demais funcionários que trabalham na escola.

A partir dessas considerações, chamamos a atenção também para o fato de que a abordagem da sexualidade é recente nos cursos de licenciatura. Isso nos remete a perceber que as mudanças em relação à prática docente adotada histórica e culturalmente por professores e educadores não se efetivará num período curto.

Mesmo assim, o professor que almeja atuar com excelência na área de educação do seguimento sexual, tem como compromisso inicial romper com os preconceitos ainda existentes no processo de esclarecimento às crianças e aos jovens. Assim sendo, é possível iniciar um processo educativo com possibilidades de contribuir na formação de sujeitos pensantes, explicados e sem pré-julgamentos em relação à educação sexual.

Segundo SOUZA, (2002, p. 119),

As habilidades que se espera de um orientador sexual são flexibilidade, compreensão, bom senso, confiabilidade (saber ouvir sem criticar) decisão rápida, mente aberta e personalidade equilibrada. Vai precisar de muito jogo de cintura, carisma, ser amigo, respeitador e deve ter um cuidado especial com os assuntos ligados aos diferentes pontos de vista das religiões, com as questões éticas, além de esforçar-se para não impor aos seus valores pessoais.

Nesse contexto, a orientação educacional sexual aparece como um aspecto formador dentro da escola, no entanto, o professor sozinho não realiza essa tarefa, uma vez que essa temática é complexa e cultural, daí a necessidade de um trabalho construído pela comunidade escolar: escola, família e sociedade.

Portanto, apesar dos desafios a serem vencidos na sala de aula, na escola e na sociedade, é preciso que o professor acredite na utopia que embora a passos curtos é possível construir com seus alunos uma educação capaz de compreender e construir conhecimentos acerca da sexualidade a partir da infância.

Finalizamos com as palavras de definição sobre utopia, do pensador, Eduardo Galeano,

A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se fasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isto:
Para que eu não deixe de caminhar.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Com a finalidade de alcançar o que propomos nesta pesquisa, de demonstrar a importância da evolução do gênero e da sexualidade na prática pedagógica infantil, torna-se imprescindível, nesse percurso, delinear o método de estudo, visto que, através dele é possível, cientificamente, obtermos os dados e traçarmos os procedimentos de análise dos mesmos.

Para tanto, apoiamos-nos na metodologia qualitativa, por ser “uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.11). Além de se delinear como qualitativa caracteriza-se também como uma pesquisa bibliográfica, visto que,

é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações, sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema (GIL, 2007, p. 44).

A pesquisa bibliográfica basicamente tem por base a coleta de material de diversos autores sobre um determinado assunto, desse modo,

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica (MARCONI; LAKATOS, 1992, p. 44).

Segundo o autor Marconi, uma de suas principais características é possibilitar ao pesquisador uma bagagem teórica variada, contribuindo para ampliar o conhecimento e fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, fundamentando teoricamente o material a ser

analisado. Assim, faz com que o pesquisador amplie seus conhecimentos e se torne um leitor na busca e no levantamento dos dados e informações.

Para Marconi; Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica corresponde a oito fases distintas:

- a) Escolha do tema – é o assunto que se deseja provar ou desenvolver;
- b) Elaboração do plano de trabalho – deve-se observar a estrutura de todo trabalho científico. Coletar material bibliográfico e planejar a introdução, desenvolvimento e conclusão;
- c) Identificação – é a fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema de estudo para realizar a análise do material bibliográfico;
- d) Localização – localizar as fichas bibliográficas nos arquivos das bibliotecas;
- e) Compilação – reunião de todo material coletado;
- f) Fichamento – transcrever os dados coletados, as fontes de referência em fichas;
- g) Análise e interpretação – é a crítica do material bibliográfico e comprovação ou refutação das hipóteses, com base nos dados coletados expondo a sua compreensão;
- h) Redação – é a crítica da pesquisa, que pode ser uma monografia, dissertação ou tese.

Nesse contexto, desenvolvemos a nossa pesquisa da seguinte forma:

Primeiramente levantamos os dados, por meio de livros e revistas especializadas no assunto: gênero e sexualidade na educação infantil, objeto do nosso estudo.

Em seguida realizamos uma revisão bibliográfica, entrelaçando educação infantil e sexualidade.

No terceiro momento, após o levantamento dos dados, ou seja, das informações contidas nos livros e nas revistas, compilamos as informações e realizamos o fichamento, inclusive com o registro dos títulos, autores, ano, local e editora, observando o seu contexto e a sua finalidade.

Posteriormente organizamos os dados de forma descritiva, da seguinte maneira:

- a) Gênero: paradigma histórico do gênero; gênero da antiguidade; gênero da idade média e gênero no século XXI.
- b) Sexualidade: desenvolvimento sexual das crianças e desenvolvimento sexual na infância. Aspectos legais da educação sexual na educação infantil e práticas pedagógicas.

Finalizamos após o aprofundamento das literaturas, analisamos e interpretamos todo material disponível, considerando, inclusive, a nossa experiência como de grande relevância

para o cenário atual do campo educacional, especificamente no ensino fundamental, resultando na redação final.

Portanto, ao percorrermos a nossa caminhada metodológica, seguindo as fases recomendadas por Marconi; Lakatos (1992), acreditamos sermos bem-sucedidas, ou seja, conseguiremos alcançar o nosso objetivo de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendermos e refletirmos sobre a importância da prática do professor acerca da sexualidade na educação, assim como entendermos a evolução e a relevância do desenvolvimento do gênero (homens e mulheres) na prática pedagógica nos proporcionou, por um lado, momentos prazerosos e, por outro lado, momentos difíceis, diante das dificuldades encontradas quanto às referências, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica. Neste contexto, a pesquisa nos possibilitou fazermos as seguintes considerações abaixo.

Em primeiro lugar, para que o professor realize efetivamente uma prática docente significativa em sala de aula sobre a educação sexual a partir da educação infantil é imprescindível uma formação continuada direcionada para esse fim, isto é, para o referido tema, por meio de cursos presenciais ou a distância, leituras pertinentes ao tema, discussões, palestras, seminários, levando em consideração, *a priori*, superar as lacunas da educação inicial, bem como os preconceitos arraigados que cada um trás consigo, adquiridos na família ou nos meios de comunicação; enfim, na sociedade.

Em segundo lugar, não podemos deixar de ressaltar a pressão que a sociedade impõe ao professor. Nessa perspectiva, a educação sexual exige cada vez mais do professor conhecimentos abrangentes e aprofundados, dedicação, solidariedade e respeito. É muito difícil ao professor desenvolver sozinho o seu trabalho, tendo em vista que a grande maioria das instituições de ensino não conta com o apoio da família nem com profissionais especializados. Diante disso, faz-se necessária a inserção de leis para que seja legitimada a educação sexual de maneira objetiva em relação à formação do professor e às suas condições de trabalho.

Em terceiro lugar, no que concerne à questão de gênero relacionado à mulher, constatamos um avanço, sobretudo, na libertação da submissão ao homem, subordinação esta que ocorria desde a Idade Média. Embora ainda haja muitos preconceitos, a mulher a cada dia tem conquistando o seu espaço, inclusive, ocupando lugar de destaque perante a sociedade contemporânea.

Em quarto lugar, apesar de as práticas docentes sobre educação sexual ainda serem inadequadas na maioria das instituições de ensino, desponta a esperança de uma conscientização da sociedade acerca do tema, dado que, embora gradativamente, preocupações, discussões e reflexões passam a fazer parte das atividades das instituições.

Enfim, de qualquer maneira, ainda que com uma diversidade de entendimentos sobre os temas pesquisados, consideramos necessária uma problematização sobre a construção social que queremos para o futuro de nossos cidadãos. Uma vez que, estas temáticas apesar de estarem passando por um crescimento evolutivo constante, muitas transformações ainda são necessárias para que possamos obter uma sociedade mais esclarecida e sem a realização de pré-julgamentos a respeito destes temas, pois constatamos que em pleno século XXI a sociedade ainda apresenta um alto grau de preconceitos equivocados.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H.. Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas. Impresso v. 39, p. 175-200, 2009
- ALVES, Maria de Toledo. **Sexualidade, gênero e educação sexual: Diálogos Brasil-Portugal**: Editora CRV. 2012
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ASSIS, Maria Célia de. **Violência na escola: compreensão de um fenômeno social em João Pessoa – Paraíba - Brasil**. João Pessoa: A União, 2014.
- BERZOTI, Paulo. **Sexualidade um conceito psicanalítico Freudiano**. Campinas – SP. 1993.
- BOGDAN, Robert; BICKLEN, Sári. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto-Portugal: Porto Editora LDA, 1994.
- BRASIL, Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. **Diário Oficial da União**, 16/07/1990, Brasília, Distrito Federal.
- BRASIL, Lei nº 12.287, 13 de julho de 2010, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. **Diário Oficial da União**, 14/07/2010, Brasília, Distrito Federal.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- DECLARAÇÃO de Dakar**. Texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação em Dakar, Senegal, de 26 a 28 de abril de 2000. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>> Acesso em: Abril de 2016
- DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos**. Artigo 16. Assembleia Geral das Nações Unidas. UNESCO, 1948. Disponível em:
<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em: Abril de 2016
- FERRARI, A. Eles me chamam de feia, macaca, chata e gorda. Eu fico muito triste. **Classe, raça e gênero em narrativas de violência na escola**. Juiz de Fora, v. 12, p. 21-30, 2010.
- FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação: Universidade de Campinas**. Campinas, v.14, n.3 n.42, p.109-101, set./dez. 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza-CE: UEC, 2002.

FREITAS, J.G.O. **No quadro: o tema diversidade sexual na escola, com foco na homossexualidade**. Nas carteiras escolares: os professores 2010. 254p. (Tese Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

HALL, Stuart; **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Editora Vozes. Petrópolis. 2003.

_____. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, M. & SILVESTRIIN, C.B. (Orgs.). **Coletânea gênero plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 5. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Ricardo de Castro e. **Orientação sexual: possibilidades de mudança na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

SILVA, Ricardo Desidério. **Se você não fala, eu falo!:** sexualidade em artigos. Maringá: Massoni, 2007.

SOUZA, H. P. **Sexo, energia presente em casa e na escola**. São Paulo: Paulinas, 2002.

_____. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Educação [sexual] e sexualidade:** o velado e o aparente. 1996. 142p. (Dissertação Mestrado). Centro de Educação e Humanidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

PAECHTER, C.. **Meninos e Meninas:** aprendendo sobre masculinidades e feminidades. Porto Alegre: Artmed, 2009.